

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 519.536 - SP (2019/0192494-3)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : RODRIGO REGIS DE QUEIROZ  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODRIGO REGIS DE QUEIROZ (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por RODRIGO REGIS DE QUEIROZ, em seu próprio favor, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Alega, em suma, excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação.

Solicitadas, foram-me prestadas as seguintes informações (e-STJ fls. 21/22):

*Em atenção à solicitação, esclareço que as partes se insurgiram contra a r. sentença proferida nos autos da Ação Penal nº 0000746-18.2014.8.26.0052, da Sexta Vara Criminal da Comarca de São Paulo, apontada na inicial do writ em destaque, na qual o ora paciente foi condenado, juntamente com outros corréus, por infração ao art. 2º, § 4º, I, da Lei nº 12.850/13, ao art. 33, caput, da Lei de Drogas, ao art. 16, caput, da Lei nº 10.826/03, e ao art. 1º, I, a, da Lei nº 9.455/97, na forma do art. 69, do Código Penal, às penas de 15 anos e 09 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 606 dias-multa, e absolvido da imputação de prática dos crimes previstos no art. 35, caput, da Lei nº 11.343/06, no art. 148, § 2º, do Código Penal, no art. 1º, II, e § 4º, III, da Lei nº 9.455/97, e no art. 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, vedado o direito de recorrer em liberdade.*

***A apelação criminal deu entrada nesta Corte em 15 de agosto de 2018 e foi distribuída aos 31 de agosto seguinte.***

*Colhido o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, os autos estão conclusos ao Relator para estudo.*

*Anoto, por fim, que nesta data foi determinada a comunicação ao Relator acerca da impetração em destaque e da prestação*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*destes informes para conhecimento e providências que entender cabíveis e, tão logo haja qualquer informação sobre o andamento da apelação mencionada, será ela encaminhada a esse Colendo Sodalício.*

Com vista dos autos, opinou o Ministério Público Federal "pela extinção do *writ* sem resolução do mérito ou pela denegação da ordem, com recomendação ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para que julgue, com a maior celeridade possível, a mencionada apelação criminal." (e-STJ fls. 138/143)

É o relatório. Decido.

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País: HC n. 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015 e STF, HC n. 113.890/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014.

Destarte, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Busca-se, em síntese, neste *writ*, seja reconhecido o excesso de prazo na prisão cautelar do paciente, condenado em primeiro grau pelos crimes de tráfico de drogas, tortura, organização criminosa e porte ilegal de arma de

# Superior Tribunal de Justiça

fogo à pena total de 15 (quinze) anos e 9 (nove) meses de reclusão.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.* No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

*[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado. (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).*

No caso, muito embora o paciente encontra-se recolhido há mais de 4 anos, a ação penal tramitou dentro do princípio da razoabilidade, sem registro de qualquer evento relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão.

Quanto à demora no julgamento do recurso defensivo, conforme informações colhidas, a apelação encontra-se na Corte de origem há mais de 1 (um) ano.

Desse modo, embora se reconheça certa dificuldade na tramitação dos feitos em razão do grande volume de processos recebidos diariamente em todos os Tribunais, na hipótese de réu preso, o transcurso de mais de 1 (um) ano da interposição do apelo sem julgamento da causa é

desarrazoado.

Nesse sentido:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E RESISTÊNCIA. 1. PLEITO DE NULIDADE. TRAMITAÇÃO CONCOMITANTE DE APELAÇÃO CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE. 2. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECORRENTE PRESO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DE SITUAÇÃO COM O CORRÉU. 3. EXCESSO DE PRAZO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE IMEDIATA APRECIÇÃO DO RECURSO. PRISÃO MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

*[...]*

*4. Verificado que o recurso de apelação aguarda aproximadamente 2 (dois) anos e 6 (seis) meses para ser apreciado, e que se encontra paralisado sem nenhum impulso, não contando, sequer, com data provável para o julgamento, fica evidente o excesso de prazo noticiado.*

*5. Recurso ordinário parcialmente provido apenas para determinar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o julgamento da Apelação Criminal n.º 0052265-33.2010.8.26.0000 pela Segunda Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, mantida a prisão do recorrente (RHC 29.292/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Dje de 23.8.2012).*

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO CRIMINAL. DEMORA INJUSTIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS CONCEDIDO.*

*1. É certo que o julgamento do recurso de apelação criminal não tem prazo fixado na lei processual. Todavia, em se tratando de réu preso, a demora injustificada de mais dois anos consubstancia constrangimento ilegal, sanável pela via do habeas corpus. Precedentes.*

*2. Habeas corpus concedido para determinar que o Tribunal a quo julgue a apelação criminal n.º 0112147-23.2010.8.26.0000, interposta pelo ora Paciente. (HC 235.398/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 29.6.2012).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, nego seguimento ao presente *habeas corpus*.  
Recomendo, entretanto, que o Tribunal de Justiça de São Paulo dê celeridade no julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo ora paciente.

Dê-se imediata ciência ao Tribunal *a quo*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

